

# ENADE: UM ESTUDO DO QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE NA PUC-CAMPINAS

Elisabete Matallo M. de Pádua<sup>1</sup>

Lúcia Maria Quintes Ducasble Gomes<sup>2</sup>

Maria Luisa de Lara Uzun de Freitas<sup>3</sup>

Solimar M. Ganzarolli Splendore<sup>4</sup>

## Introdução

Ao ocupar um papel cada vez mais importante no mundo moderno, o Ensino Superior desempenha uma função particularmente estratégica ao impactar diretamente no desenvolvimento tecnológico, econômico, social e cultural de um país. Visto sob essa ótica, é possível compreender a importância de um processo de Avaliação do Ensino Superior, à medida que oferece parâmetros de qualidade, os quais, apesar de sua complexidade, são particularmente necessários devido à variedade de funções que desempenha e da diversidade dos cursos oferecidos atualmente.

A história do sistema de Avaliação do Ensino Superior foi desenhada em diferentes períodos, os quais se distinguiram em alguns aspectos e se complementaram em outros. Dessa forma, em 2003, quando se pensava na construção do

Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), o foco principal era rever o sistema de avaliação anterior, o qual incluía o Exame Nacional de Curso (ENC), e implantar um sistema nacional de avaliação institucional baseado, também, na experiência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Pretendia-se, portanto, entre outros desafios, aproveitar ao máximo as experiências existentes no Brasil para a construção do SINAES, o qual teve como antecedentes o processo de avaliação criado e consolidado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir de 1976; o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), criado em 1983; o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES), instituído em 1985; o PAIUB, em 1993; o ENC, a Avaliação das Condições de Oferta/Ensino (ACO), e a Avaliação de Centros Universitários, implantados em 1996 (RISTOFF & GIOLO, 2006).

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade de São Paulo (1998), assessora pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD da PUC-Campinas.

<sup>2</sup> Mestre em Teologia Pastoral pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção-SP e Doutoranda em Teologia Moral pela Academia Alfonsiana-Instituto Superior de Teologia Moral-Roma. Professora da Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas e Integradora Acadêmica de Graduação na Faculdade de Biblioteconomia da PUC-Campinas.

<sup>3</sup> Mestre em Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação pela UNICAMP. Professora de Administração de Recursos Humanos no Centro de Economia e Administração - CEA e Integradora Acadêmica de Graduação da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD da PUC-Campinas.

<sup>4</sup> Cirurgiã-Dentista. Doutora em Clínica Odontológica. Professora de Clínica Odontológica e Prótese e Integradora Acadêmica de Graduação na Faculdade de Odontologia da PUC-Campinas.

Dessa forma, a partir da LEI nº 10.861, de 14 de abril de 2004, ficou instituído o SINAES, vigente até hoje, com o objetivo de garantir o processo nacional de avaliação da Educação Superior. Ele é formado por três componentes principais: avaliação das instituições, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos (BRASIL, 2004).

Segundo o SINAES, a avaliação institucional é composta: pela avaliação interna - autoavaliação - coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e pela avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, conforme as diretrizes estabelecidas pela CONAES. A avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios de autoavaliações. Quanto à avaliação dos cursos de graduação, a mesma ocorre por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco por comissões externas, e a avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências (SINAES, 2009).

Nesse sentido, este artigo pretende focar especificamente o trabalho desenvolvido pela equipe da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a qual realizou uma análise comparativa dos resultados referentes ao Questionário do Estudante do ENADE 2006 e 2009, com o intuito de identificar aspectos que merecem maior atenção, referentes à Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura, para subsidiar o planejamento de ações das diretorias de curso para o ENADE 2012<sup>5</sup>, dada a importância dos resultados

obtidos nesse sistema de avaliação para a composição do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o impacto nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Dessa forma, o caminho a ser percorrido, inclui uma breve exposição da história do sistema de avaliação da Educação Superior brasileira, desde os anos 70 até o período atual e a apresentação do trabalho desenvolvido pela equipe da PROGRAD da PUC-Campinas, em relação ao Questionário do Estudante.

### **Notas Sobre a Trajetória do Sistema de Avaliação do Ensino Superior**

A experiência brasileira em avaliação da educação superior se iniciou na década de 70, quando a CAPES formulou ações e políticas para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação. O foco de avaliação centrava-se na proposta didático-científica e na produtividade científica e acadêmica de cada curso de mestrado e doutorado em funcionamento.

No início da década de 1980, a produção acadêmica sobre a temática da Avaliação Institucional e da Avaliação da Educação Superior tinha pouco destaque. No entanto, a partir dos anos 1990, houve um aumento no interesse sobre a Avaliação da Educação Superior. Isso ocorreu como reflexo de uma maior preocupação com o controle da qualidade das IES, o qual se justificava, principalmente, pelo exacerbado crescimento de instituições e matrículas. Nesse contexto, a avaliação passou a ser uma forma de prestação de contas à sociedade, em virtude dos investimentos que eram realizados pelo setor público, os quais precisavam ser justificados (SINAES, 2009).

Foi nesse escopo que, em 1983, surgiu a primeira proposta de Avaliação da Educação Superior no país, denominada de PARU. Esse Programa de Avaliação era organizado por meio de questionários, os quais eram respondidos por estudantes, dirigentes universitários e docentes. O

<sup>5</sup> A análise dos cursos que farão ENADE em 2013 está sendo concluída, mantendo-se os mesmos objetivos e metodologia.

PARU acolheu igualmente estudos específicos para apreender o impacto da Lei nº 5.540/1968<sup>6</sup> quanto à estrutura administrativa, à expansão das matrículas e à sua caracterização, à relação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, características do corpo docente e técnico-administrativo e vinculação com a comunidade. Portanto, esse sistema de avaliação tratou basicamente de dois temas: gestão e produção/disseminação de conhecimentos (SINAES, 2009).

O PARU foi desativado após um ano e substituído por medidas governamentais. Portanto, em 1985, a partir da Nova República, surgiu no MEC uma proposta de avaliação da Educação Superior vinda da Comissão de Alto Nível: GERES. Essa nova proposta partia de uma concepção regulatória, ao apresentar a avaliação como contraponto à autonomia das IES, relevando às dimensões individuais, seja do alunado, seja dos cursos e instituições, embora mantivesse a preocupação com as dimensões institucionais. Os resultados da avaliação - como controle da qualidade das instituições (públicas ou privadas) - implicariam a distribuição de recursos públicos, que deveriam ser direcionados para 'Centros de Excelência' ou instituições com padrões internacionais de produção acadêmica e de pesquisa. Nesse mesmo período, surgiram igualmente os primeiros relatos de experiências de avaliação, em instituições públicas, com perspectiva formativa (SINAES, 2009).

Dando continuidade à história do sistema de avaliação do Ensino Superior, surgiu, em 1993, o PAIUB, o qual, além de sustentar-se no princípio da adesão voluntária das universidades, concebia a autoavaliação como etapa inicial de um processo que, uma vez desencadeado, se estendia a toda a instituição e se completava com a avaliação externa. Assim, o PAIUB era dividido em quatro etapas: diagnóstico, avaliação interna, avaliação externa e reavaliação interna e possuía como objetivo promover a melhoria permanente da qualidade da educação superior.

O PAIUB estabeleceu uma nova forma de relacionamento com o conhecimento e a

formação e fixou, em diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade, novos patamares a atingir. Apesar de sua experiência ter sido curta, conseguiu dar legitimidade à cultura da avaliação e promover mudanças visíveis na dinâmica universitária. Muito embora as Universidades Brasileiras aderissem amplamente ao PAIUB, seu ritmo foi afetado em sua implementação por conta da interrupção do apoio do MEC, transformando-se em um processo de avaliação meramente interno às instituições, com consequente impacto negativo sobre o ritmo do seu desenvolvimento (SINAES, 2009).

Um novo mecanismo de avaliação foi sendo progressivamente implantado a partir da Lei nº 9.131/1995. Dessa forma, surgiu, em 1996, o ENC, mais tarde conhecido como Provão; o Questionário sobre condições socioeconômicas do aluno e suas opiniões sobre as condições de ensino do curso frequentado; a Análise das Condições de Ensino (ACE); a Avaliação das Condições de Oferta (ACO); e a Avaliação Institucional dos Centros Universitários (SINAES, 2009).

O Provão foi considerado um instrumento indicador da eficácia da IES, pois, por meio de uma prova de conhecimentos realizada pelos discentes, a IES recebia um conceito que variava de "A" a "E", sendo o conceito "A" considerado o melhor e o conceito "E" o pior. Tal Exame era realizado anualmente e tinha caráter obrigatório para todos os estudantes concluintes dos cursos de graduação, condicionando sua realização ao recebimento dos diplomas pelos alunos. Além do Provão, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão responsável pela sua aplicação, realizava um questionário socioeconômico e cultural. Em 1996, na primeira edição do Provão, participaram os Cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil. Posteriormente, a cada ano eram adicionados novos cursos e, em 2003, o Provão ou o ENC chegou a contemplar 26 áreas de conhecimento (POLIDORI, 2009).

Naquele período, os resultados do ENC tiveram ampla divulgação na mídia impressa e

<sup>6</sup> Reforma Universitária de 1968.

televisiva e funcionou como instrumento de classificação das instituições de ensino superior e de estímulo à concorrência entre elas. Para sustentar e regulamentar esses instrumentos de avaliação, o MEC criou um amplo e complexo aparato normativo, e para operá-lo recorreu a comissões constituídas de especialistas das diversas áreas da comunidade acadêmica.

Para o novo sistema de avaliação, mudanças foram amplamente debatidas, as quais, conforme Ristoff & Giolo, assinalavam:

... o novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior incorporou grande parte dos princípios e diretrizes do PAIUB, entre eles, o compromisso formativo da avaliação, a globalidade, a integração orgânica da autoavaliação com a avaliação externa, a continuidade, a participação ativa da comunidade acadêmica, o respeito à identidade institucional e o reconhecimento da diversidade do sistema. Diferentemente do PAIUB, no entanto, o SINAES não adotou o princípio da adesão voluntária. Além disso, mesmo calcado no PAIUB, o SINAES deparou-se com o desafio de, a um só tempo, aproveitar da melhor maneira possível as experiências já testadas no Brasil, reestruturando a avaliação a partir de um novo modelo, de concepção global única, melhorando os instrumentos, integrando os instrumentos entre si, integrando os espaços avaliativos e os momentos da avaliação, otimizando o uso de todos os instrumentos de informação disponíveis e criando outros considerados fundamentais (2006, p.194).

Foi assim que, a partir da constituição da Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior (CEA), iniciou-se o desenvolvimento do SINAES, o qual foi instituído por meio da LEI nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e está em vigor até hoje (BRASIL, 2004).

O maior objetivo do SINAES é assegurar o processo nacional de avaliação, por meio de seus três grandes pilares: a avaliação das Instituições de Ensino Superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Esse processo é coordenado e supervisionado pela

CONAES e operacionalizado pelo INEP em conjunto com a Secretaria da Educação Superior (SESu).

Segundo a concepção do SINAES - Lei nº 10.861, no artigo 3º - o objetivo da avaliação institucional é identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade

*dos compromissos na oferta da educação superior (SINAES, 2009).*

A avaliação institucional é, portanto, um processo que se utiliza de diagnósticos, realizados por meio de diversos procedimentos avaliativos, os quais incluem a autoavaliação e a avaliação externa realizada *in loco*. Assim, a partir do SINAES e em conformidade com o que estabelecem a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), todas as IES do País devem participar dos processos avaliativos que compõem o sistema e devem constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com atuação autônoma no processo de autoavaliação institucional. Assim sendo, a autoavaliação, coordenada pela CPA, é parte do processo de avaliação institucional e é completada pela avaliação externa *in loco*. Dessa forma, cabe a CPA, no uso da autonomia de atuação que lhe confere a lei, desenvolver ações no âmbito das instituições para que a autoavaliação aconteça.

É importante ressaltar que, na PUC-Campinas, a CPA, desde a sua constituição em 2003, vem trabalhando em diversos processos de autoavaliação, tanto nos que se referem ao Ensino, Pesquisa e Extensão, quanto nas demais dimensões previstas pela legislação do SINAES. O Programa de Autoavaliação da PUC-Campinas (PROAVI) tem sido desenvolvido pela CPA em conjunto com as diferentes instâncias da Universidade e possui especificidades em decorrência da própria estrutura e dinâmica institucional e também do acúmulo de experiências da Universidade na área de avaliação.

Destaca-se, ainda, que tudo aquilo que tem sido produzido no âmbito da avaliação institucional pelos setores da Universidade e em parceria com a CPA e o Núcleo Técnico de Avaliação (NTA) tem sido divulgado no *site* do PROAVI e, os resultados obtidos por meio desse processo avaliativo são incorporados aos projetos em andamento ou originam novos projetos, dando, assim, continuidade ao processo avaliativo na busca do aprimoramento e qualificação das atividades institucionais à luz de sua Missão (PROAVI).

Quando se trata da avaliação dos cursos de graduação, essa é realizada por Comissões Externas de Avaliação de Cursos, indicadas pelo INEP, constituídas por especialistas em suas respectivas áreas do conhecimento. Os instrumentos utilizados para essa avaliação possuem conteúdos definidos com o apoio de Comissões Assessoras de Área, designadas pelo INEP.

As Comissões Externas de Avaliação de Cursos terão acesso antecipado aos dados, fornecidos em formulário eletrônico pela IES, os quais consideram, também, os seguintes aspectos: o perfil do corpo docente; as condições das instalações físicas; a organização didático-pedagógica; o desempenho dos estudantes da IES no ENADE; os dados do questionário do estudante preenchido, disponíveis no momento da avaliação; os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro Geral das Instituições e Cursos; e outros considerados pertinentes pela CONAES.

A periodicidade das avaliações dos cursos de graduação será definida em função das exigências legais para reconhecimento e renovação de reconhecimento, contemplando as modalidades: presencial e a distância (SINAES, 2009).

### **O ENADE na Composição dos Indicadores CPC e IGC**

A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação é realizada mediante aplicação do ENADE, o qual aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira, mundial e outras áreas do conhecimento.

O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo que no

histórico escolar de cada estudante fica registrada a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento. Quanto ao desempenho do aluno, o mesmo tem acesso ao Boletim de Desempenho Individual, o qual é disponibilizado no site do INEP, após a divulgação dos resultados do exame.

Ao ser convocado a participar do ENADE, antes do exame, o aluno deve preencher eletronicamente, o Questionário do Estudante, o qual coleta informações sobre o perfil socioeconômico dos participantes e sua opinião sobre seu curso e sua instituição de ensino e, após o exame, ele deve preencher um Questionário de Impressões sobre o formato e as abordagens dos conteúdos da Prova.

Os resultados do ENADE em conjunto com as informações do Censo da Educação Superior<sup>7</sup> e algumas respostas do Questionário do Estudante são utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) na composição de conceitos e indicadores de qualidade de instituições de ensino e seus respectivos cursos superiores. Dessa forma, com base no ENADE, são calculados, anualmente, o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que também considera em sua composição a situação do corpo docente e de infraestrutura, entre outros insumos, e o Índice Geral de Cursos (IGC), que sintetiza em um único indicador o desempenho de todos os cursos de graduação e pós-graduação de uma instituição.

O CPC considera, então, sete medidas de qualidade do curso<sup>8</sup> e, entre elas, a medida original para a criação da Nota de Infraestrutura e da Nota de Organização Didático-Pedagógica, as quais fazem parte do Questionário do Estudante e serão abordadas, dado o foco deste artigo.

A medida original para a criação da Nota de Infraestrutura de um curso corresponde à proporção de alunos do curso que avaliaram positivamente um aspecto da infraestrutura do curso no Questionário do Estudante.

A pergunta do Questionário sobre infraestrutura utilizada é a seguinte: "Aulas práticas: os equipamentos disponíveis são suficientes para todos os alunos?". As alternativas de resposta são: (A) = *Sim, em todas elas.* / (B) = *Sim, na maior parte delas.* / (C) = *Sim, mas apenas na metade delas.* / (D) = *Sim, mas em menos da metade delas.* / (E) = *Não, em nenhuma.*

A partir dessa pergunta, considera-se como tendo avaliado positivamente a infraestrutura os alunos que responderam (A=100%), (B=100%) ou (C=50%). Para calcular a proporção de alunos, divide-se o número de alunos do curso que avaliaram positivamente o aspecto de infraestrutura extraído do Questionário do Estudante, pelo número total de alunos do curso que responderam a referida pergunta.

Essa medida original é padronizada e transformada, para dar origem à Nota Padronizada referente à Infraestrutura, um valor entre 0 e 5. Caso nenhum aluno tenha respondido ao Questionário do Estudante, o curso terá a nota referente à infraestrutura computada como 0 (zero) para o cálculo do CPC (INEP, 2010).

A medida original para a criação da Nota de Organização Didático-Pedagógica de um curso corresponde à proporção de alunos do curso que avaliaram positivamente um aspecto da organização didático-pedagógica do curso no Questionário do Estudante.

A pergunta do Questionário do Estudante sobre a Organização Didático-Pedagógica utilizada é a seguinte: "Os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos; procedimentos de

<sup>7</sup> O censo da educação superior reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. Por meio de um questionário eletrônico, as IES respondem sobre sua estrutura e cursos (INEP).

<sup>8</sup> Medidas de qualidade do curso: Notas de Professores Doutores (NPD); Nota de Professores Mestres (NPM); Nota de Professores com Regime de Dedicção Integral ou Parcial (NPR); Nota referente à Infraestrutura (NF); Nota referente à Organização Didático-Pedagógica (NO); Nota dos Concluintes no ENADE (NC); Nota do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (NIDD).

ensino e avaliação; conteúdos e bibliografia da disciplina?”. As alternativas de resposta são: (A) = *Sim, todos contêm.* / (B) = *Sim, a maior parte contêm.* / (C) = *Sim, mas apenas cerca da metade contêm.* / (D) = *Sim, mas apenas menos da metade contêm.* / (E) = *Não, nenhum contêm.* A partir dessa pergunta, considera-se como tendo avaliado positivamente a organização didático-pedagógica os alunos que responderam (A=100%), (B=50%) ou (C=50%). Para calcular a proporção de alunos, divide-se o número de alunos do curso que avaliaram positivamente o aspecto da organização didático-pedagógica extraído do questionário, pelo número total de alunos do curso que responderam a referida pergunta.

Essa medida original é padronizada e transformada, conforme procedimento descrito anteriormente, para dar origem à Nota Padronizada referente à Organização Didático-Pedagógica, um valor entre 0 e 5.

Caso nenhum aluno tenha respondido ao Questionário do Estudante, o curso terá a nota referente à organização didático-pedagógica computada como 0 (zero) para o cálculo do CPC (INEP, 2010).

Esses indicadores, entre outros, subsidiam o MEC nas atividades de regulação, por meio das quais o ministério credencia e recredencia as universidades, centros universitários e faculdades e autoriza, reconhece e renova o reconhecimento de cursos. Além disso, o desempenho nas avaliações é um dos critérios observados pelo MEC para a participação de instituições e seus respectivos cursos superiores em programas como o Universidade Para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (INEP, 2010).

O ENADE é realizado todos os anos, aplicando-se trienalmente a cada curso, conforme um calendário que obedecerá às seguintes referências: Ano I - saúde, ciências agrárias e áreas afins; Ano II - ciências exatas, licenciaturas e áreas afins; Ano III - ciências sociais aplicadas, ciências

humanas e áreas afins. O calendário para os eixos tecnológicos observará as seguintes referências: Ano I- Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança; Ano II- Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial; Ano III- Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design (SINAES, 2009).

### **ENADE: um Estudo do Questionário do Estudante**

Nessa perspectiva, a equipe da PROGRAD, tendo em vista sua preocupação com o aprimoramento permanente da qualidade do Ensino Superior em todos os seus aspectos, realizou um trabalho com o objetivo de contribuir com as Diretorias de Faculdade e com o Núcleo Docente Estruturante<sup>9</sup> (NDE), apresentando uma análise comparativa dos resultados referentes ao Questionário do Estudante do ENADE (períodos de 2006 e 2009 para os cursos que irão participar do período avaliativo de 2012) para subsidiar o planejamento de ações.

Para isso, desenvolveu-se uma metodologia de trabalho, cujo procedimento incluiu sete etapas, que serão descritas a seguir:

1. levantamento dos relatórios de 2006 e 2009 dos seguintes cursos: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Psicologia, Direito, Biblioteconomia, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Turismo;
2. estabelecimento de correspondência entre as questões do questionário de 2006 (Questionário Socioeconômico) e 2009 (Questionário do Estudante);
3. estabelecimento de correspondência entre as alternativas de cada questão entre 2006 e 2009;

<sup>9</sup> O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi um conceito criado pela Portaria nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. O NDE de um curso de graduação constitui-se num grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Na PUC-Campinas, o CONSUN aprovou a criação do NDE em 28/10/2010.

4. elaboração de uma tabela contendo colunas para o lançamento de resultados dos Questionários dos Estudantes de 2006 e de 2009, abordando o percentual de respostas para cada alternativa dos alunos concluintes e dos alunos ingressantes;
5. identificação de aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos concluintes e ingressantes de 2009 em relação a 2006 e aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos concluintes em relação aos alunos ingressantes de 2009 para cada questão;
6. realização de análise de cada questão que apresentou aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos concluintes e ingressantes de 2009 em relação a 2006 e aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos concluintes em relação ao percentual de respostas dos alunos ingressantes de 2009 para cada questão;
7. elaboração de Orientações para o ENADE 2012 para cada curso, considerando algumas dimensões, em relação aos alunos e aos docentes.

Para uma melhor compreensão desse processo, segue breve explicação de cada uma das etapas. Dessa forma, como primeira etapa, realizou-se o levantamento dos Questionários de 2006 e 2009 para, em seguida, iniciar a segunda etapa, a qual se estabeleceu correspondência entre as questões do questionário de 2006 (Questionário Socioeconômico) e 2009 (Questionário do Estudante), visto que o questionário de 2006 contemplava 114 questões e o de 2009, 54 questões. Para isso, foram realizadas análises de cada questão, quanto ao enunciado, até que se chegasse a uma conclusão sobre uma correspondência fidedigna entre elas.

Em seguida, como terceira etapa, estabeleceu-se correspondência entre as alternativas de cada questão de 2006 e 2009, já que a ordem das alternativas das questões de 2006, muitas vezes, não correspondia à ordem das alternativas das questões de 2009. Dessa forma, procedeu-se a uma análise até que se chegasse a uma correspondência adequada.

Na quarta etapa elaborou-se uma Tabela contendo colunas para o preenchimento com os resultados dos Questionários dos Estudantes de 2006 e de 2009. Dessa forma, procedeu-se ao lançamento da porcentagem (respostas) referente a cada alternativa de cada questão, dos alunos concluintes e ingressantes<sup>10</sup>, conforme exemplo a seguir (Tabela 1).

**Tabela 1-** Exemplo: Resultados dos Questionários dos Estudantes de 2006 e de 2009.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS QUESTIONÁRIOS DOS ESTUDANTES 2006/2009						
Nome do CURSO						
QUESTÕES EQUIVALENTES		ALTERNATIVAS	DADOS 2006		DADOS 2009	
2006	2009	2009	2006 C	2006 I	2009 C	2009 I
49	23 As salas de aula são adequadas à quantidade de estudantes?	Sim, todas	31,3%	51,4%	59,1%	72,4%
		Sim, a maior parte	50,3%	40,3%	33,6%	25,3%
		Somente algumas	5,2%	2,8%	6,7%	1,9%
		Nenhuma	1,2%	2,1%	0,6%	0,4%
		Sim, mas apenas na metade delas	10,5%	3,4%		

<sup>10</sup> No ano de 2006 e 2009, ainda havia a participação de alunos ingressantes no ENADE. Atualmente, conforme determinação do MEC, os alunos nessa condição são apenas inscritos, mas não participam do exame.

Continuação

**Tabela 1-** Exemplo: Resultados dos Questionários dos Estudantes de 2006 e de 2009.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS QUESTIONÁRIOS DOS ESTUDANTES 2006/2009						
Nome do CURSO						
QUESTÕES EQUIVALENTES		ALTERNATIVAS	DADOS 2006		DADOS 2009	
2006	2009	2009	2006 C	2006 I	2009 C	2009 I
52	24 As instalações de laboratórios, os equipamentos, os materiais e os serviços de apoio específicos do curso são adequados?	Sim, todos atualizados e bem conservados	75,8%	79,1%	36,2%	57,5%
		Sim, a maior parte atualizados, mas mal conservados	11,1%	7,0%	39,9%	33,1%
		Somente alguns desatualizados, mas bem conservados	5,3%	4,2%	21,3%	8,6%
		Nenhum desatualizado e mal conservado	1,9%	1,1%	2,6%	0,8%
		Não há laboratório no meu curso	4,8%	8,6%		
Não tem questão correspondente	25 Os ambientes para aulas práticas específicas do curso são adequados à quantidade de estudantes?	Sim, todos	-	-	41,8%	61,7%
		Sim, a maior parte	-	-	42,0%	30,5%
		Somente alguns	-	-	13,2%	6,9%
		Nenhum	-	-	2,9%	0,8%
Não tem questão correspondente	26 Os equipamentos e/ou materiais disponíveis nos ambientes para aulas práticas são suficientes para o número de estudantes?	Sim, todos	-	-	38,5%	53,1%
		Sim, a maior parte	-	-	41,5%	34,9%
		Somente alguns	-	-	17,5%	10,5%
		Nenhum	-	-	2,6%	1,5%
		Restrito e inadequado	6,0% a 3,7% t	3,5% a 3,5% t	4,7%	1,9%
		A minha instituição não dispõe desses recursos / meios	1,1% a 0,4% t	1,8% a 1,0% t	0,8%	-
Não sei responder	0,3%	0,7%	-	-		
75	34 Os planos de ensino apresentados pelos professores contêm os seguintes aspectos: objetivos, metodologias de ensino e critérios de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina	Sim, todos	11,7%	15,9%	40,6%	66,2%
		Sim, a maior parte	46,6%	50,5%	51,5%	29,8%
		Somente alguns	37,2%	28,3%	7,5%	3,6%
		Nenhum	1,5%	1,4%	0,4%	0,4%
		Sim, mas apenas cerca da metade contém	6,5%	5,9%		

Continuação

**Tabela 1-** Exemplo: Resultados dos Questionários dos Estudantes de 2006 e de 2009.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS QUESTIONÁRIOS DOS ESTUDANTES 2006/2009						
Nome do CURSO						
QUESTÕES EQUIVALENTES		ALTERNATIVAS	DADOS 2006		DADOS 2009	
2006	2009	2009	2006 C	2006 I	2009 C	2009 I
79	35 Os conteúdos trabalhados pelos professores são coerentes com os que foram apresentados nos planos de ensino?	Sim, todos os conteúdos bastante adequados	11,7%	15,9%	40,6%	66,2%
		Sim, a maior parte adequados	46,6%	50,5%	51,5%	29,8%
		Somente alguns parcialmente adequados	37,2%	28,3%	7,5%	3,6%
		Nenhum	1,5%	1,4%	0,4%	0,4%
		Inadequado				
		Pouco adequados	1,9%	3,2%		
84	41 Os professores têm disponibilidade para atendimento fora do período de aula?	Sim, todos os professores	11,0%	15,2%	10,1%	10,4%
		Sim, a maior parte	41,9%	38,5%	30,6%	26,0%
		Somente alguns Menos da metade tem disponibilidade	21,8%	20,0%	52,1%	50,3%
		Nenhum tem disponibilidade	2,8%	7,1%	7,2%	13,3%
		Cerca da metade tem disponibilidade	21,3%	17,9%	-	-
85	42 Os professores dominam o conteúdo das disciplinas?	Sim, todos os professores	18,2%	39,9%	28,9%	57,5%
		Sim, a maior parte	65,1%	49,7%	60,5%	36,5%
		Somente alguns Sim, mas menos da metade deles	3,0%	3,8%	9,8%	5,7%
		Nenhum	0,3%	0,7%	0,8%	0,2%
		Sim, mas apenas a metade deles	12,2%	4,8%	-	-

C - Concluintes; I – Ingressantes.

Após o lançamento dos resultados dos Questionários de 2006 e 2009, iniciou-se a análise comparativa para identificação de aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos ingressantes e concluintes de 2009 em relação a 2006 e aumento ou diminuição no percentual de

respostas dos alunos concluintes em relação ao percentual de respostas dos alunos ingressantes de 2009 para cada questão. Para isso, foi necessário proceder a um estudo minucioso de cada questão e suas alternativas, para demonstrar as discrepâncias encontradas, seguem abaixo alguns exemplos (Tabela 2).

**Tabela 2-** Exemplos: Sinalização em negrito de discrepâncias quanto ao aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos ingressantes e concluintes de 2009 em relação a 2006 e aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos concluintes em relação ao percentual de respostas dos alunos ingressantes de 2009 para cada questão.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS QUESTIONÁRIOS DOS ESTUDANTES						
2006/2009						
CURSO – ADMINISTRAÇÃO						
QUESTÕES EQUIVALENTES		ALTERNATIVAS	DADOS 2006		DADOS 2009	
2006	2009	2009	2006 C	2006 I	2009 C	2009 I
49	23 As salas de aula são adequadas à quantidade de estudantes? O espaço pedagógico é adequado ao número de estudantes	Sim, todas	31,3%	51,4%	59,1%	72,4%
		Sim, a maior parte	50,3%	40,3%	33,6%	25,3%
		Somente algumas	5,2%	2,8%	6,7%	1,9%
		Nenhuma	1,2%	2,1%	0,6%	0,4%
		Sim, mas apenas na metade delas	10,5%	3,4%		
52	24 As instalações de laboratórios, os equipamentos, os materiais e os serviços de apoio específicos do curso são adequados?	Sim, todos atualizados e bem conservados	75,8%	79,1%	36,2%	57,5%
		Sim, a maior parte atualizados, mas mal conservados	11,1%	7,0%	39,9%	33,1%
		Somente alguns desatualizados, mas bem conservados	5,3%	4,2%	21,3%	8,6%
		Nenhum desatualizado e mal conservado	1,9%	1,1%	2,6%	0,8%
		Não há laboratório no meu curso	4,8%	8,6%		
Não tem questão correspondente	25 Os ambientes para aulas práticas específicas do curso são adequados à quantidade de estudantes?	Sim, todos	-	-	41,8%	61,7%
		Sim, a maior parte	-	-	42,0%	30,5%
		Somente alguns	-	-	13,2%	6,9%
		Nenhum	-	-	2,9%	0,8%
Não tem questão correspondente	26 Os equipamentos e/ou materiais disponíveis nos ambientes para aulas práticas são suficientes para o número de estudantes?	Sim, todos	-	-	38,5%	53,1%
		Sim, a maior parte	-	-	41,5%	34,9%
		Somente alguns	-	-	17,5%	10,5%
		Nenhum	-	-	2,6%	1,5%
		Restrito e inadequado	6,0% a 3,7% t	3,5% a 3,5% t	4,7%	1,9%
		A minha instituição não dispõe desses recursos / meios	1,1% a 0,4% t	1,8% a 1,0% t	0,8%	-

Continuação

**Tabela 2-** Exemplos: Sinalização em negrito de discrepâncias quanto ao aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos ingressantes e concluintes de 2009 em relação a 2006 e aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos concluintes em relação ao percentual de respostas dos alunos ingressantes de 2009 para cada questão.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS QUESTIONÁRIOS DOS ESTUDANTES 2006/2009						
CURSO – ADMINISTRAÇÃO						
QUESTÕES EQUIVALENTES		ALTERNATIVAS	DADOS 2006		DADOS 2009	
2006	2009	2009	2006 C	2006 I	2009 C	2009 I
75	34 Os planos de ensino apresentados pelos professores contêm os seguintes aspectos: objetivos, metodologias de ensino e critérios de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina	Sim, todos	47,6%	56,8%	54,2%	66,3%
		Sim, a maior parte	37,6%	29,5%	39,1%	28,9%
		Somente alguns	2,3%	2,9%	6,3%	4,4%
		Nenhum	0,3%	0,4%	0,4%	0,4%
		Sim, mas apenas cerca da metade contém	6,5%	5,9%		
79	35 Os conteúdos trabalhados pelos professores são coerentes com os que foram apresentados nos planos de ensino?	Sim, todos os conteúdos bastante adequados	11,7%	15,9%	40,6%	66,2%
		Sim, a maior parte adequados	46,6%	50,5%	51,5%	29,8%
		Somente alguns parcialmente adequados	37,2%	28,3%	7,5%	3,6%
		Nenhum inadequados	1,5%	1,4%	0,4%	0,4%
		Pouco adequados	1,9%	3,2%		
84	41 Os professores têm disponibilidade para atendimento fora do período de aula?	Sim, todos os professores	11,0%	15,2%	10,1%	10,4%
		Sim, a maior parte	41,9%	38,5%	30,6%	26,0%
		Somente alguns (41) Menos da metade tem disponibilidade (84)	21,8%	20,0%	52,1%	50,3%
		Nenhum tem disponibilidade	2,8%	7,1%	7,2%	13,3%
		Cerca da metade tem disponibilidade	21,3%	17,9%	-	-
85	42 Os professores dominam o conteúdo das disciplinas?	Sim, todos os professores	18,2%	39,9%	28,9%	57,5%
		Sim, a maior parte	65,1%	49,7%	60,5%	36,5%
		Somente alguns Sim, mas menos da metade deles	3,0%	3,8%	9,8%	5,7%
		Nenhum	0,3%	0,7%	0,8%	0,2%
		Sim, mas apenas a metade deles	12,2%	4,8%	-	-

C - Concluintes; I – Ingressantes.

Em seguida, foi possível iniciar a quinta e a sexta etapa. Assim, procedeu-se a realização de análise de cada questão que apresentou discrepâncias quanto ao aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos concluintes e dos alunos ingressantes de 2009 em relação a 2006 e aumento ou diminuição do percentual de respostas dos alunos concluintes em relação ao percentual de respostas dos alunos ingressantes de 2009. Para isso, elaborou-se um quadro contendo: a análise das questões que apresentaram discrepâncias, os

critérios de análise, as observações quanto ao número de alunos ingressantes e concluintes em 2006 e 2009<sup>11</sup>, os pareceres referentes às análises de cada questão e sugestões/orientações para o ENADE 2012. Para uma melhor compreensão, as questões foram organizadas a partir das dimensões: Organização Didático-Pedagógica; Corpo Docente e Tutorial; e Infraestrutura. Como forma de ilustrar, segue exemplo da análise realizada e dos pareceres a partir de cada dimensão (Quadro 1), considerando-se os exemplos das Tabelas 1 e 2.

**Quadro 1** - Exemplo: Análise das questões e pareceres a partir de cada dimensão: Organização Didático-Pedagógica; Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura.

<b>ORIENTAÇÕES - ENADE 2012</b>
<b>Nome do CURSO</b>
<p><b>ANÁLISE DAS QUESTÕES</b></p> <p><b>Dados:</b></p> <p>Comparação realizada a partir do resultado do questionário-pesquisa 2006/2009 para os estudantes concluintes e ingressantes da instituição.</p> <p><b>Critério:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos concluintes e dos alunos ingressantes de 2009 em relação a 2006;</li> <li>• aumento ou diminuição no percentual de respostas dos alunos concluintes em relação ao percentual de respostas dos alunos ingressantes de 2009.</li> </ul> <p><b>Observações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENADE 2006: Estudantes concluintes e ingressantes.</li> <li>• ENADE 2009: Estudantes concluintes e ingressantes.</li> </ul> <p><b>Parecer:</b></p> <p><b>Em relação à Organização Didático-Pedagógica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• (75/34<sup>12</sup>) Os planos de ensino apresentados pelos professores contêm os seguintes aspectos: objetivos, metodologias de ensino e critérios de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina. - na alternativa "sim, todos", apesar de constar um aumento no percentual de respostas dos alunos ingressantes e dos alunos concluintes de 2006 para 2009, entre os alunos ingressantes e os alunos concluintes de 2009, houve uma queda no percentual de respostas (de 66,3% de alunos ingressantes para 54,2% de alunos concluintes).</li> </ul>

<sup>11</sup> Existem alguns cursos que em 2009 não tiveram alunos ingressantes.

<sup>12</sup> Quando aparece a indicação de dois números, refere-se aos Questionários 2006/2009, com a respectiva correspondência consolidada pelo GT-PROGRAD.

- (79/35) Os conteúdos trabalhados pelos professores são coerentes com os que foram apresentados nos planos de ensino? - na alternativa "sim, todos os conteúdos", apesar de constar um aumento no percentual de respostas dos alunos ingressantes e dos alunos concluintes de 2006 para 2009, entre os alunos ingressantes e os alunos concluintes de 2009, houve uma queda (de 66,2% de alunos ingressantes para 40,6% de alunos concluintes).

#### **Em relação ao Corpo Docente e Tutorial**

- (84/41) Os professores têm disponibilidade para atendimento fora do período de aula? – o maior percentual de respostas dos alunos está concentrado na alternativa "somente alguns" (50,3% de alunos ingressantes e 52,1% de alunos concluintes).
- (85/42) Os professores dominam o conteúdo das disciplinas. - na alternativa "sim, todos os professores", apesar de constar um aumento no percentual de respostas dos alunos ingressantes e dos alunos concluintes de 2006 para 2009, entre os alunos ingressantes e os alunos concluintes de 2009, houve uma queda (de 66,2% de alunos ingressantes para 40,6% de alunos concluintes).

#### **Em relação à Infraestrutura**

- (49/23) Adequação das salas de aula em relação à quantidade de estudantes – na alternativa "sim, todas", apesar de constar um aumento percentual de respostas dos alunos ingressantes e dos alunos concluintes de 2006 para 2009, entre os alunos ingressantes e os alunos concluintes de 2009, houve uma queda (de 72,4% de alunos ingressantes para 59,1% de alunos concluintes).
- (52/24) Instalações de laboratórios, os equipamentos, os materiais e os serviços de apoio específicos do curso. - na alternativa "sim, todos" houve uma queda no percentual de repostas dos alunos ingressantes e dos alunos concluintes de 2009 em relação a 2006 (2006 – de 79,1% de alunos ingressantes para 75,8% de alunos concluintes e 2009 – 57,5% de alunos ingressantes para 36,2% de alunos concluintes) e dos alunos concluintes em relação aos alunos ingressantes de 2009 (57,5% de alunos ingressantes para 36,2% de alunos concluintes);
- (25) Os ambientes para aulas práticas específicas do curso são adequados à quantidade de estudantes? – na alternativa "sim, todos", houve uma queda no percentual de respostas dos alunos concluintes em relação aos alunos ingressantes de 2009 (61,7% de alunos ingressantes para 41,8% de alunos concluintes).
- (26) Os equipamentos e/ou materiais disponíveis nos ambientes para aulas práticas são suficientes para o número de estudantes? - na alternativa "sim, todos", houve uma queda no percentual de respostas dos alunos concluintes em relação aos alunos ingressantes de 2009 (53,1% de alunos ingressantes para 38,5% de alunos concluintes).

Por meio dessa análise, foi possível detectar quais são os aspectos frágeis, ou que merecem maior atenção por parte de cada curso. Em seguida, como sétima etapa, procedeu-se a

elaboração de orientações ou sugestões como forma de contribuir ou subsidiar o planejamento das ações de cada curso para o ENADE 2012<sup>13</sup>, conforme exemplo a seguir (Quadro 2):

<sup>13</sup> Cursos PUC-Campinas participantes do ENADE/2012: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Psicologia, Direito, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, e Turismo.

**Quadro 1** - Exemplo: Orientações/Sugestões para cada curso para subsidiar o planejamento de ações para o ENADE 2012.

<b>ORIENTAÇÕES - ENADE 2012</b>
<b>Nome do CURSO</b>
<p><b>ORIENTAÇÕES/SUGESTÕES:</b></p> <p><b>Em relação aos alunos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Conscientização em relação à prova:</b> enfatizar aos alunos sobre a importância de responderem a todas as questões propostas na prova de modo que evidenciem o conhecimento adquirido no curso, considerando que, ao terem um bom desempenho, irão qualificar o seu curso dentre as demais Instituições de Ensino no país e isso lhe será benéfico, uma vez que as empresas estão levando em consideração esse aspecto para a contratação do profissional;</li> <li>• <b>Motivação:</b> estimular a realização da prova como mais uma etapa no seu processo de desenvolvimento, enfatizando a satisfação que se tem quando não é preciso ganhar algo para mostrar seus conhecimentos, sua autonomia e responsabilidade; conscientizá-lo sobre a importância de superar obstáculos, que certamente lhe servirão (e servem) para o amadurecimento e conquistas pessoais e profissionais; desafie-o a fazer a prova com um olhar de autoavaliação, tendo como parâmetro o conhecimento adquirido na Universidade e o posicionamento de seu curso perante outras instituições do País, como forma de planejar seu futuro pessoal e profissional. Como sugestão, propõe-se a realização de palestras, no próprio período de aula e apresentação de algum filme que inspire a motivação.</li> <li>• <b>Conscientização sobre a importância do Questionário do Estudante (questionário-pesquisa) para o cálculo da nota do Curso:</b> para isso, apresentar e explicar detalhadamente sobre a importância do Plano de Ensino de Disciplina como norteador para as etapas de sua formação em cada disciplina; ressaltar aspectos de Infraestrutura da Universidade (salas de aulas iluminadas, limpas, ventiladas; laboratórios com equipamentos disponíveis para a realização de trabalhos; biblioteca – estrutura e acervos; a conservação do patrimônio da Universidade; orgulho por estudar em um local dessa dimensão). Como sugestão apresentar fotos comparativas, filmes, etc.</li> <li>• <b>Esclarecimentos sobre o ENADE:</b> realização de palestras para que os alunos tenham consciência do por que do ENADE (contexto histórico, objetivos, instruções, importância).</li> </ul> <p><b>Em relação aos professores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Esclarecimentos sobre o ENADE:</b> conscientizar o corpo docente sobre a importância e contexto histórico do ENADE – o envolvimento do professor se refletirá no envolvimento do aluno.</li> <li>• <b>Plano de Ensino de Disciplina:</b> conscientização sobre a importância de apresentação e discussão detalhada dos Planos de Ensino de Disciplina <b>em diversas oportunidades</b> (sugerimos ocorrer após encerramento de cada unidade do plano) para que o aluno fique ciente quanto ao conteúdo da sua disciplina e em que fase ele está e perceba que o professor está cumprindo o proposto no plano.</li> <li>• <b>Planejamento pedagógico:</b> enfatizar a necessidade de reuniões entre docentes do mesmo semestre para que possam conscientizar-se quanto à interdisciplinaridade (eixo comum em suas disciplinas) e a busca de organização de suas aulas, provas e trabalhos. Mostrar aos alunos que existe um eixo comum.</li> <li>• <b>Sugestões para reflexão sobre a importância do ENADE e sua interface com a Avaliação do curso pelo MEC/INEP:</b> apresentação dos instrumentos de avaliação utilizados no ano de 2012; apresentação de provas que já foram realizadas para apropriação da metodologia utilizada nas provas, bem como o teor das questões e assuntos abordados.</li> </ul>

**Em relação à prova:****• Capacitação dos alunos:**

- trabalhar durante o semestre com aplicação de questões que solicitem interpretação, raciocínio lógico e conhecimento integrado de disciplinas, bem como metodologias que solicitem a capacidade de resolução de problemas;
- elaborar questões interdisciplinares que integrem os conteúdos, se aproximando do “modelo de questões do ENADE”;
- implementar estratégias pedagógicas que visem um melhor desempenho do aluno no processo de ensino-aprendizagem;
- considerar as Diretrizes para as provas a serem disponibilizadas pelo MEC/INEP (de anos anteriores e de 2012, divulgadas até 10/08).

Os relatórios detalhando os resultados das análises foram encaminhados aos respectivos cursos, juntamente com as sugestões para ações junto aos alunos e professores.

## Considerações Finais

O sistema de avaliação brasileira possui uma longa trajetória e uma importante função, visto ser um parâmetro de qualidade para a Educação Superior e esta desempenhar um papel fundamental ao impactar diretamente no desenvolvimento tecnológico, econômico, social e cultural de um país.

Nessa perspectiva, inicialmente, este artigo procurou explicar, de forma breve, as iniciativas e os movimentos que fazem parte da história do sistema de avaliação da educação superior brasileira, desde os anos 70 até o período atual, o qual tem como referência o SINAES.

Em seguida, ao partir da premissa de que o sistema avaliativo requer o envolvimento e a participação de estudantes, professores e gestores das Instituições de Ensino Superior (IES) e, ao considerar a relevância dos resultados obtidos no ENADE e no Questionário do Estudante para a composição do CPC e seus reflexos para a IES, a equipe da PROGRAD procurou desenvolver uma análise comparativa dos resultados referentes ao Questionário do Estudante do ENADE 2006 e 2009,

com o intuito de identificar aspectos referentes à Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura, os quais merecem maior atenção e devem ser considerados no planejamento de ações para o ENADE 2012.

É importante considerar que a PUC-Campinas, por meio de suas várias instâncias, juntamente com a CPA/NTA, tem trabalhado os diversos processos de autoavaliação, tanto os que se referem ao Ensino, Pesquisa e Extensão, como nas demais dimensões previstas pela legislação do SINAES, buscando fortalecer a cultura de avaliação na instituição.

A análise comparativa do percentual de respostas dos alunos ingressantes e concluintes dos cursos analisados, às questões selecionadas do Questionário do Estudante, indica ainda ser necessário intenso trabalho junto ao corpo discente e docente, no que se refere à compreensão do significado da avaliação externa dos cursos como potencializadora para a melhoria de qualidade do Ensino na Graduação.

Para além da questão da motivação dos alunos para realizarem a prova do ENADE, fica a questão da percepção que os mesmos têm tanto no que se refere à infraestrutura que a instituição oferece, quanto da própria contribuição do curso para a formação profissional, atuação ética e análise crítica da realidade, cujos dados, mostrados nos exemplos e encaminhados detalhadamente a cada curso objeto deste trabalho, revelaram a

necessidade de ampliação das ações conjuntas da PROGRAD e dos cursos para melhoria dos índices que se têm alcançado ao longo desta trajetória da avaliação externa.

No entanto, ressalta-se que os resultados obtidos ao longo de vários ciclos avaliativos na PUC-Campinas, têm refletido de forma positiva, visto que a PROGRAD vem desenvolvendo ações que visam o aprimoramento da qualidade do Ensino por meio do acompanhamento, desenvolvimento e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos, buscando a melhoria constante de seus currículos de modo a privilegiar o ensino fundamentado no desenvolvimento de habilidades, competências, atitudes e em práticas acadêmicas que levem o aluno a ser protagonista de seu processo de formação.

## Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.131/1995. Altera dispositivos da Lei 4.024/1961 (Fixa as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências). Brasília, DF: MEC, 1995.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2001.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. E dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/notas\\_tecnicas/2010/nota\\_tecnica\\_cpc\\_05092011.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2010/nota_tecnica_cpc_05092011.pdf)>. Acesso em: 12 de setembro de 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>>. Acesso em: 12 de setembro de 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. SINAES. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/superior-sinaes>>. Acessado em: 12 de setembro de 2012.
- POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira: Provão, SINAES, Idd, Cpc, Igc e...Outros Índices. Avaliação (Campinas) vol.14 nº 2 Sorocaba, 2009.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. Programa de Autoavaliação Institucional - PROAVI. Disponível em <<http://www.puc-campinas.edu.br/servicos/proavi/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2012.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: <<http://www.puccampinas.edu.br/servicos/proavi/relatoriosautoavaliacaoinstitucionaleatividadescpa/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2012.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. Relatórios ENADE 2006/2009: Análise, Diagnóstico e Orientações. PROGRAD. PUC-Campinas, Grupo de Trabalho NDE/ENADE, Relatórios 1 a 10, 2012, Documento Interno.
- RISTOFF, D., GIOLO, J. O. SINAES como Sistema. R B P G, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.
- SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. SINAES: da concepção à regulamentação. 5ª edição revisada e ampliada. Brasília: INEP, 2009.